



ACESSO ABERTO

Data de Recebimento:

27/12/2022

Data de Aceite:

26/01/2023

Data de Publicação:

05/02/2023

***Autor correspondente:**Bárbara Rodrigues Costa,
rodriguesbarbara2399@gmail.com**Citação:**COSTA. B. C. et al. Barreiras de acesso à saúde pública para população lgbtqia+. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 4, n. 1, 2023. <https://doi.org/10.51161/integrar/rem/3642>**BARREIRAS DE ACESSO À SAÚDE PÚBLICA PARA POPULAÇÃO LGBTQIA+**Bárbara Rodrigues Costa^{1*}, Lafaete Felice Rocha¹, Gabriella Pereira Lemes¹, Ana Paula Vieira Mouro¹, Vanessa Cotian Oliveira Eizono² Maria Aurea Soares de Oliveira³¹ Discentes centro Universitário de Goiatuba. Goiatuba, Goiás, Brasil.² Docente centro Universitário de Goiatuba. Goiatuba, Goiás, Brasil³ Instituto Multiprofissional de Ensino. Fortaleza, Ceará, Brasil.**RESUMO**

Objetivo: esse artigo visa avaliar as barreiras de acesso enfrentadas pela população LGBTQIA+ frente à saúde pública. **Metodologia:** essa pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, através das bases de dados: Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO, Lilacs e Pubmed, nos idiomas português e inglês, publicados entre 2018 e 2022, totalizando 15 artigos relevantes. **Conclusão:** Apesar dos avanços no que tange os direitos de acesso à saúde para a população LGBTQIA+ ainda restam inúmeras barreiras para um atendimento integral e humanizado pregado como ideal pelas políticas e legislações públicas, além disso, embora essa temática esteja despertando atenção da comunidade científica, há poucos estudos voltados à compreensão e melhoria da assistência à saúde da população LGBTQIA+, enfatizando a relevância da nossa pesquisa e da carência de mais estudos voltados para essa temática.

Palavras-chave: LGBTQia+; Saúde Pública; Acesso.**ABSTRACT**

Objective: This article aims to assess the access barriers faced by the LGBTQIA+ population in terms of public health. **Methodology:** this research was carried out through a bibliographical review, through the databases: Google Scholar, Virtual Health Library (BVS), SciELO, Lilacs and Pubmed, in Portuguese and English, published between 2018 and 2022, totaling 15 relevant articles. **Conclusion:** Despite the advances regarding the rights of access to health for the LGBTQIA+ population, there are still numerous barriers to comprehensive and humanized care preached as ideal by public policies and legislation, there are few studies aimed at understanding and improving health care for the LGBTQIA+ population, emphasizing the relevance of our research and the lack of further studies focused on this theme.

Keywords: LGBTQia+; Public health; Access.

1 INTRODUÇÃO

Falar de identidade de gênero e orientação sexual sempre foi considerado tabu, em uma sociedade pautada na heteronormatividade e no machismo que gera violência, exclusão, opressão e todo o tipo de ação contra tudo que é considerado fora do padrão moralmente aceito (SHIHADDEH; PESSOA; SILVA, 2021). Em razão disso, fez-se necessário a fundação do movimento LGBT's que se intensificou a partir da década de 1970, em países latino-americanos, com o intuito de lutar por causas sociais e proporcionar voz, respeito e direito de escolha (BEZERRA et al., 2019).

Para compreendermos o objetivo deste artigo é de suma importância entender alguns conceitos básicos. Sexo biológico é o que define o indivíduo ao nascer, e a partir disso é relevante definir dois conceitos: cisgênero e transgênero. Cisgênero é uma pessoa que se identifica mentalmente (psiquicamente) com o seu sexo biológico. Transgênero é uma pessoa que não se identifica mentalmente (psiquicamente) com o seu sexo biológico, ou seja, tem a expressão de gênero diferente ou o comportamento não é do seu sexo biológico (LOPES et al., 2020).

Além disso, define-se LGBTQia+ como: Lésbica, mulher que se relaciona afetiva e sexualmente com outra mulher; Gay, homem que se relaciona afetiva e sexualmente com outro homem; Bissexual, pessoa que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos/gênero; Travesti, se identifica com um gênero diferente ao que foi registrado ao nascer, mas não se incomoda com a genitália; Homem Transexual, foi registrado como “mulher” ao nascer, mas se identifica como homem; Mulher Transexual, foi registrada como “homem” ao nascer, mas se identifica como mulher (ambos as vezes são chamados de transexuais se desejam assistência médica para transição de um sexo para outro). Complementando o significado do termo temos, Q significa queer; I significa intersexuais; A significa Assexuais e o símbolo + representa as orientes sexuais ilimitadas (SHIHADDEH; PESSOA; SILVA, 2021).

Quanto se trata de saúde pública, sabe-se que o SUS tem como princípios doutrinários a universalidade, integralidade e a equidade, estes, somam-se no intuito de garantir o direito à saúde a todos (LOPES, et al., 2020). Porém, a realidade é marcada por uma relevante discordância entre o que é pautado por lei e o que é observado nos atendimentos em saúde, sobretudo quando se trata da população LGBTQIA+. As dificuldades na execução de tais princípios por parte dos profissionais envolvidos na assistência à saúde são permeadas por discriminação e barreiras, tanto devido à escassez de informação quanto à falta de capacitação dos profissionais de saúde (SOUZA et al., 2020; CURADO et al., 2021). Pensando nisso, esse artigo visa avaliar, por meio de uma revisão bibliográfica, as barreiras de acesso enfrentadas pela população LGBTQIA+ frente à saúde pública.

2 METODOLOGIA

Este artigo se constitui em uma revisão integrativa da literatura científica acerca das barreiras de acesso à saúde pública para a população LGBTQia+. Para a obtenção do objetivo proposto, optou-se por este tipo de revisão de literatura, uma vez que esta apresenta a síntese de múltiplos artigos científicos.

Para realizar o presente estudo, optou-se por privilegiar periódicos de divulgação científica, já que a revisão integrativa trabalha com evidências. Foi utilizado as bases de dados: Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO (ScientificElectronic Library Online), a Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e Pubmed.

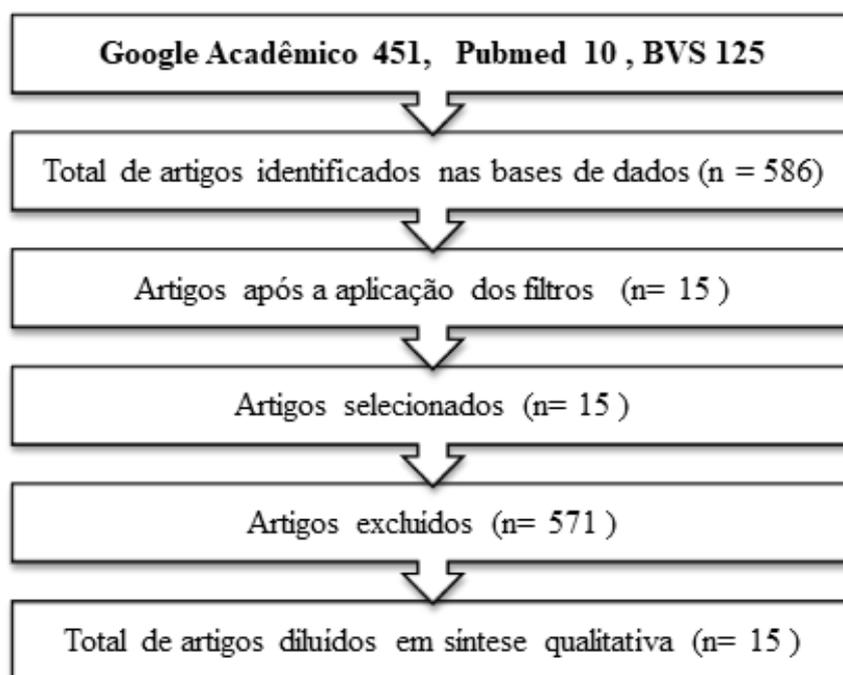
A busca foi realizada no período entre 06 de setembro de 2022 a 21 de setembro de 2022, onde foram utilizados os seguintes Descritores das Ciências da Saúde (DeCS) e as combinações nas línguas portuguesa, inglesa: LGBTQia+; Saúde Pública (Public health); Acesso (Access). Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão para selecionar os estudos: indexação dos artigos nas respectivas bases de dados, relação direta com os descritores, idiomas de publicação em português e inglês, período de publicação do artigo compreendido entre 2018 e 2022, estudos com pesquisa de campo, revisões de literatura e artigos completos, cujos arquivos estavam disponíveis online e gratuitamente. Ao associar os descritores: LGBTQia+; Saúde Pública (Public health); Acesso (Access), foram encontradas referências no Google Acadêmico 451, no Pubmed 10 e na BVS 125, enquanto no Scielo não houve resultados.

Aplicando-se os critérios de inclusão citados e realizando a leitura dos títulos e seus resumos restaram 9 publicações no Google Acadêmico, 5 publicações na BVS e 1 no Pubmed, somando o total de 15 artigos para a amostra final da revisão. Além disso, realizou-se, também, o fichamento das informações extraídas dos estudos selecionados, o que possibilitou agrupar o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a definição da questão norteadora, localização e seleção dos artigos, foram identificadas 586 publicações potencialmente elegíveis para serem incluídas nessa revisão. Posteriormente a leitura dos resumos e a verificação dos critérios de elegibilidade foram excluídos 571 artigos, sendo realizada a leitura na íntegra de 15 artigos. No total, quinze artigos atenderam aos critérios de inclusão conforme detalhado na figura 1.

Figura 1.



A análise das informações foi realizada por meio de leitura exploratória do material encontrado, em uma abordagem de revisão integrativa. O quadro a seguir descreve todos os estudos utilizados para construção da presente revisão integrativa.

Quadro 1. Estudos utilizados para revisão integrativa

AUTOR/ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	OBJETIVO
BEZERRA et al., 2019.	Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva	Revista Saúde Debate	Identificar o que expressaram as publicações dos principais periódicos nacionais da área da saúde coletiva sobre as políticas em saúde direcionadas à população LGBT, no período compreendido entre 2004 e 2018.
ROCON et al., 2020.	Acesso À Saúde pela População Trans no Brasil: Nas Entrelinhas da Revisão Integrativa	Revista Trabalho, Educação e Saúde	Realizar uma revisão integrativa da literatura sobre acesso à saúde da população transexual e travesti brasileira.
LOPES; LANGARO; SCHMITT, 2020.	Integralidade e Equidade no Cuidado à População Transexual conceitos e orientações básicas	Série Educação Popular & Saúde	Servir como ferramenta de conhecimento para viabilizar o acesso à atenção integral à saúde da população LGBTQI, em especial a Transexual.
SOUZA et al., 2020.	Avanços e desafios do acesso dos usuários LGBTQIA+ na Atenção Básica	Revista APS	Identificar os avanços e os desafios encontrados pelos usuários LGBTQIA+ no acesso à ABS.
GOUVEA, 2020.	A inserção da Política Nacional de Saúde Integral LGBT pela luta à garantia de direitos	Mestrado - UNESP	Discutir acerca da constituição e aplicabilidade da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT (PNSI-LGBT) ao atendimento da população LGBTQIA+ nos serviços de saúde de dois municípios do interior do estado de São Paulo.
MELO et al., 2020.	O Direito à Saúde da População LGBT: Desafios Contemporâneos no Contexto do Sistema Único de Saúde (SUS)	Revista Psicologia e Saúde	Avaliar as mudanças ocorridas na atenção à saúde da população LGBT entre 2013 e 2019.
GUIMARÃES et al., 2020.	Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil	Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde	Analisar o acesso da população LGBT à assistência à saúde na atenção básica, em um município do estado do Espírito Santo (ES).
CURADO et al., 2021.	Acesso À Saúde Da População Lgbtqia+ Na Atenção Primária: Revisão Narrativa	Brazilian Medical Students Journal	Analisar a literatura científica referente ao recebimento e atendimento da população LGBTQIA+ na atenção primária à saúde.
GOUVEA; SOUZA, 2021.	Saúde e população LGBTQIA+: desafios e perspectivas da Política Nacional de Saúde Integral LGBT	Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades	Problematizar aspectos relevantes do SUS na saúde da população LGBTQIA+ e discutir a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), instituída em 2011 pela Portaria no 2.836.
SHIHADDEH; PESSOA; SILVA, 2021.	A (in) visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+	Barbarói, Santa Cruz do Sul	Investigar como os serviços de saúde podem (in) visibilizar o atendimento ao público LGBTQIA+.

Continuando Quadro 1

SANTOS et al., 2021.	Dificuldades E Desafios Da População Lgbtqia+ Frente Às Políticas Públicas De Saúde	V Seminário Internacional Desfazendo Gênero	Identificar quais dificuldades e desafios a comunidade LGBTQ+ enfrenta ao buscar os serviços públicos de saúde e como essa população se percebe dentro desses serviços.
SOUSA; SOUSA, 2021.	Saúde LGBTQIA+: a vulnerabilidade das minorias sexuais	Research, Society and Development	Dissertar sobre a saúde LGBTQIA+ e identificar pontos de melhoria para realização de um cuidado integral a esse grupo através da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (PNSILGBT) e demais programas que abrangem esses clientes em especial.
SILVA, 2021.	Barreiras No Atendimento E Acesso A Saúde Da População Lgbtqia+: Uma Revisão De Literatura	FACENE/RN. onografia	Identificar os usuários que se definem e englobam o universo LGBTQIA+ e suas particularidades, como também, apresentar e discutir situações de vulnerabilidade social vivenciadas durante a assistência da saúde pública.
ELIAS et al., 2022	LGBTQIA+ na atenção básica análise do acesso à porta de entrada da saúde pública	Brazilian Journal of Health Review	Investigar como se dá o acesso da população LGBTQIA+ na atenção básica do Sistema Único de saúde.
AGRIA; MASSMANN, 2022.	A Garantia À Saúde Pública De Qualidade À População Transgênera Como Forma De Efetivação Dos Direitos Fundamentais Previstos Na Constituição Federal De 1988	Revista Direitos Humanos e Democracia	Identificar a ascensão do protagonismo do Estado no que se refere à criação de políticas públicas que concretizem direitos e garantias fundamentais trazidos na Constituição Federal de 1988 para população transgênera, integrante da comunidade LGBTQIA+.

Para iniciarmos essa discussão cabe mencionar o artigo “Acesso À Saúde pela População Trans no Brasil: Nas Entrelinhas da Revisão Integrativa” onde cita o Art. 196 da Constituição Federal de 1988, o qual define a saúde como direito de todos e dever do Estado, devendo este garantir o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde. No entanto, a garantia de acesso universal e igualitário ainda se constitui um desafio em diferentes cenários, para os diversos sujeitos que demandam por atendimentos de saúde em suas especificidades. Esse cenário ainda é nítido, uma vez que ainda há relatos de violência, humilhação, julgamento moral e desrespeito vivenciados por esses grupos. Tais práticas discriminatórias, muitas vezes, são pautadas nos estereótipos de gênero engendrados pela heteronormatividade, e legitimadas pelos discursos religiosos – que consideram as pessoas trans pecadoras –, ou médicos-científicos – que as conceituam como doentes. (ROCON et al., 2020)

Um marco importante no que diz respeito aos direitos da população LGBTQIA+ é abordado no artigo de Elias et al. (2022) onde no ano de 2011 foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral para esse grupo. Política, essa, símbolo de resistência e luta dessa população em busca de garantir seus direitos. Contudo, evidencia-se que embora sejam perceptíveis os avanços no cenário de conquistas como as Políticas Públicas voltadas para essa população no contexto em nível de Brasil, constata-se ainda que o acesso da população LGBTQIA+ aos serviços de saúde é repleto de obstáculos, uma vez que evidências identificaram dificuldades no dinamismo de comunicação, escuta seletiva, rejeição, reações discriminatórias, ofensas verbais e barreiras simbólicas.

O artigo de SHIHADDEH (2021), reitera que o acesso aos serviços de saúde ainda são carentes de um trabalho especializado que garanta um tratamento adequando as necessidades dos sujeitos pertencentes a população LGBTQIA+, além de serem compostos por um acolhimento estigmatizado e em muitas situações opressor, ainda justificado pela falta de conhecimento, crenças e preconceitos, resultando, dessa forma, no afastamento desse grupo dos serviços de saúde.

Guimarães et al.(2020) analisa o comportamento dos profissionais de saúde e nota que a falta de estímulo em estudar sobre diversidade sexual, tendo como consequência a homofobia. Esse cenário é resultado da limitação de conhecimento sobre a população LGBT, a temas ligados a infecções sexualmente transmissíveis, reforçando a estigmatização do público e despreparo dos profissionais de saúde.

Bezerra et al. (2019) destaca que após a Conferência Nacional de Saúde, a PNSI-LGBT permitiu maior expressão no contexto nacional dos avanços relacionados com o PrTr no SUS. Dentre esses avanços destaca-se: o acesso de travestis e transexuais aos serviços de saúde; o uso do nome social no SUS; a adoção de crianças por casais homoafetivos; o direito ao uso do nome social; o direito de homossexual receber pensão pela morte de seu cônjuge; o reconhecimento da união estável de casais homoafetivos; a possibilidade de constar o cônjuge homossexual na identidade militar; licença-maternidade a pai adotivo gay, e o casamento civil gay (BEZERRA et al., 2019)

Em relação ao atendimento na Atenção básica, o estudo “Avanços e desafios do acesso dos usuários LGBTQIA+ na Atenção Básica” traz à tona pontos cruciais de barreiras enfrentadas pela população LGBTQIA+, como a vinculação desse grupo à ações de saúde específicas para testagem de infecções sexualmente transmissíveis, a transfobia perante ao desuso do nome social, as dificuldades do acesso ao Processo Transexualizador, a influência das crenças pessoais dos profissionais de saúde durante o atendimento, a deficiência de formação dos profissionais de saúde para atender a este grupo e a desconsideração das demandas singulares dos usuários LGBTQIA+. Além disso, o artigo “Acesso à saúde da população LGBTQIA+ na atenção primária” ressalta o quanto essa discriminação no âmbito da saúde gera uma suscetibilidade do adoecimento tanto psicológico quanto físico, visto que a população apresenta inúmeras vulnerabilidades que merecem devida atenção e cuidado. Como consequência, tem-se a evasão dessa população na procura por serviços de saúde, principalmente na atenção primária, que é a porta de entrada do SUS (SOUZA et al, 2020; CURADO et al., 2021)

O estudo “Dificuldades e desafios da população LGBTQIA+ frente às políticas públicas de saúde” aborda duas medidas relevantes para a efetivação da PNSI e para melhorias nos direitos da população LGBTQIA+, sendo a primeira delas envolvendo a formação acadêmica. As diretrizes dos cursos na área da saúde normalmente não abordam essa temática e muitos profissionais saem da faculdade com pouco ou nenhum conhecimento sobre as demandas da população LGBTQIA+; e o segundo é a disseminação ativa das informações sobre os direitos da população LGBTQIA+, visto que boa parte da população sequer sabe da existência da PNSI – LGBT, assim a comunidade, ao buscar os serviços de saúde já estarão cientes de seus direitos. (SANTOS et al., 2021)

Além disso, o MELO et al. (2020) enfatiza que em decorrência a vulnerabilidade e a exposição aos riscos enfrentados pelos LGBTQIA+ é importante que representantes de tal grupo ocupem espaços institucionalizados para que haja um fortalecimento da democracia e declínio da desigualdade, de forma a exercer-se o controle social no SUS. Essa dinâmica se dá pelo contato com gestores dos níveis municipais, estaduais e federais para a propositura de políticas novas e acompanhamento da implementação das

existentes.

Através de medidas como as supracitadas, associadas a capacitação contínua dos profissionais e a implementação de políticas públicas que sejam contrárias ao preconceito, intolerância e discriminação é possível desconstruir o modelo atual, prestando uma assistência integral às populações minoritárias e vulneráveis como a LGBTQIA+.

4 CONCLUSÃO

Ao término desta revisão, conclui-se que, apesar dos avanços na criação da PNSILGBT, assegurando o acesso à saúde, ainda restam inúmeras barreiras para um atendimento integral e humanizado pregado como ideal pelas políticas e legislações públicas que regem a população LGBTQIA+, dentre elas temos como principais desafios a capacitação dos profissionais de saúde, marcado tanto por discriminação como por escassez de informações.

Para que isso seja possível é necessário alinhar as políticas governamentais, incentivar representantes dos grupos em espaços institucionalizados para maior representatividade, compreender as especificidades individuais de cada população atendida e promover capacitações e sensibilização dos profissionais de saúde, através de programas de educação continuada sobre o assunto. Além disso, é ideal que as unidades de saúde em consonância com as leis, ofertem um ambiente acolhedor e atendimento humanizado, que receba a população LGBTQIA+, sem preconceitos e distinção, permitindo que a voz da população LGBTQIA+ seja ouvida por todos nas instituições de saúde pública.

Ressaltamos ainda que, embora essa temática esteja despertando atenção da comunidade científica, há poucos estudos voltados à compreensão e melhoria da assistência à saúde da população LGBTQIA+, enfatizando a relevância da nossa pesquisa e da carência de mais estudos voltados para essa temática.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRIA, I. G; MASSMANN, P.B. A garantia à saúde pública de qualidade à população transgênera como forma de efetivação dos direitos fundamentais previstos na constituição federal de 1988. **Revista direitos humanos e democracia**, n.19, 2022.

BEZERRA, M.V.R; et al. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde Debate**. v. 43, n. especial 8, p. 305-323, 2019.

CURADO, A.F.F. et al. Acesso à saúde da população LGBTQIA+ na atenção primária: revisão narrativa. **Brazilian medical students journal**, v.5, n8, 2021.

ELIAS, K.L; et al. LGBTQIA+ na atenção básica análise do acesso à porta de entrada da saúde pública. **Brazilian Journal of Health Review**, v.5,n.3,p. 9161-9175. 2022.

GOUVÊA, L.F. A inserção da Política Nacional de Saúde Integral LGBT pela luta à garantia de direitos. 2020.

GOUVÊA, L.F.; SOUZA, L.L. Saúde e população LGBTQIA+: desafios e perspectivas da Política Nacional de Saúde Integral LGBT. **Periódicus**, v.3, n.16, p.23 - 42, 2021.

GUIMARÃES, N.P; et al. Avaliação da implementação da Política Nacional de Saúde Integral à população LGBT em um município da região Sudeste do Brasil. **Rev eletron comun inf inov saúde**. 2020.

LOPES, B.C.;LANGARO, J.P. ;SCHMITT, J. Integralidade e Equidade no Cuidado à População Transexual. Conceitos e Orientações Básicas. **Série educação popular e saúde**. 2020.

MELO, I.R; et al. O Direito à Saúde da População LGBT: Desafios Contemporâneos no Contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). **Revista Psicologia e Saúde**, v.12, n.3, p. 63-78. 2020.

ROCON, P.C; et al. Acesso à saúde pela população trans no Brasil: Nas entrelinhas da revisão integrativa. 2020.

SANTOS, L.C.O. et al. Dificuldades e desafios da população LGBTQIA+ frente às políticas públicas de saúde. **V seminário internacional, desfazendo gênero**. 2021.

SILVA, I.A. Barreiras no atendimento e acesso a saúde da população LGBTQIA+; uma revisão de literatura. 2021.

SOUZA, C.S.S. et al. Avanços e desafios do acesso dos usuários LGBTQIA+ na Atenção Básica. **Revista de APS**. 2020.

SOUSA, F.B; SOUZA, P.M.L.S. Saúde LGBTQIA+: a vulnerabilidade das minorias sexuais. **Research, Society and Development**, v.10, n.13, 2021.

SHIHADDEH, N.A; PESSOA, E.M; SILVA, F.F. A (in)visibilidade do acolhimento no âmbito da saúde: Em pauta as experiências de integrantes da comunidade LGBTQIA+. **Barbaroi, Santa Cruz do Sul**, n.58, p. 172-194. 2021.